

Desafios relacionados a contas ambientais e caminho a seguir

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)¹

Gustavo Luedemann inaugurou o painel contando um fato passado, em que um colega do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) salientou a incompatibilidade entre as contas feitas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) e aquelas do IBGE. Claro, o dado produzido pelo MCTIC é de acordo com as orientações do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), para questões climáticas – enquanto os dados do IBGE são produzidos em bases estatísticas. A regulação do Produto Interno Verde (PIV) foi apontada como uma facilitadora para encontrar que caminho tornará as informações compatíveis.

André Luiz Campos de Andrade (da Casa Civil da Presidência da República) ressaltou que, com o advento da Lei do PIV, o IBGE deverá ocupar papel central na coordenação dos esforços para a implementação do PIV. Também será necessário que outros órgãos, como Casa Civil, Ministério do Planejamento, Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE) trabalhem de forma integrada e cooperativa com o IBGE. Ele explicou que as contas ambientais também são úteis para medir as ações que visem alcançar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Finalizou sua exposição afirmando que a utilização dos recursos naturais deve ser feita de modo transparente para sociedade.

Wadih Scandar, do IBGE, resumiu cada assunto discutido durante o seminário. Observou que a comunidade expressou claramente estar preocupada com a produção de informação pelo Brasil. Há um contexto positivo para testar modelos para tornar os levantamentos em matéria de mudança do clima compatíveis com as contas nacionais. Esse fato é evidente para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Adriano Santhiago de Oliveira, do MMA, ilustrou a complexidade da contabilidade em matéria de adaptação aos efeitos adversos da mudança do clima. Ele exemplificou mencionando as medidas relativas ao desenvolvimento sustentável, que seja proporcionado pelos setores público e privado brasileiros. Como traduzir isso em termos financeiros? O Acordo de Paris contemplou medidas de adaptação. Adaptação, então, precisa também ser contabilizada. Como assegurar fluxo financeiro para alcançar resiliência climática?

Moacyr Araujo, da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede Clima,² requereu que o reconhecimento da importância da pesquisa científica para o debate.

Os debatedores concordaram que a Rede Clima tem papel fundamental, por exemplo, no processo de encontrar as metodologias, como os modelos de contabilização do uso da terra, ainda nem sequer levantados internacionalmente.

Marcio Rojas, Coordenador de Clima, do MCTIC, explicou a distinção entre o que se faz necessário para responder aos compromissos nacionais no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e para atender aos requisitos das contas nacionais. As orientações do IPCC precisam ser



seguidas para os esforços brasileiros poderem ser comparáveis com os esforços dos outros países nessa agenda. Ele contou que antes do Acordo de Paris, o Brasil desenvolveu o projeto de cooperação internacional, via o *Global Environment Facility* (GEF), intitulado Opções de Mitigação, o qual inicialmente almejava identificar as alternativas de mitigação de emissões nos setores-chave da economia, mas que acabou adicionalmente a contribuir para a definição brasileira de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC). O “Sirene”³ foi apresentado como a fonte de informação acerca das emissões do Brasil e ratificou o quanto será essencial investir em esforços de para alcançar as NDC às quais o Brasil se comprometeu.

Notas:

1. Este seminário foi uma iniciativa conjunta do Ipea, do Centro Internacional de Pesquisas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (ECLAC) no Brasil, em atendimento à proposição do Ministério do Meio Ambiente (MMA), viabilizado financeiramente pelo Instituto Clima e Sociedade (ICS) e tecnicamente pela Rede Clima. Relatora técnica: Flávia Witkowski Frangetto. Para informações adicionais, ver: <http://www.ipcig.org/pub/port/JP16PT_Relatorio_Seminario_Internacional_Relacionando_Mudanca_do_Clima.pdf>.
2. Disponível em: <<http://redeclima.ccst.inpe.br>>.
3. O sistema de emissões brasileiras está disponível em:<<http://sirene.mcti.gov.br/>>.